

Avaliação dos Programas Temáticos do PPA 2012-2015

A análise da ação setorial do governo recebeu nova abordagem para o exame da Prestação de Contas da Presidenta da República (PCPR) de 2013. A mudança de orientação seguiu duas diretrizes: enfatizar o papel do TCU no processo de julgamento das Contas de Governo ao oferecer, por intermédio de parecer prévio e relatório, elementos técnicos ao Congresso Nacional para que este possa julgar as contas do Presidenta da República; e valorizar a PCPR como instrumento de transparência e comunicação entre governo e sociedade.

Dedicou-se especial atenção às **informações de desempenho – com valores atualizados informados na PCPR – que apontam o resultado das intervenções governamentais**, conforme definido no PPA. Indicadores e metas no contexto da prestação de contas são importantes, pois tais instrumentos destacam as realizações do governo e os efeitos da atuação estatal para a sociedade. Os indicadores também evidenciam a relação entre bens e serviços públicos e os custos incorridos para financiar sua produção e prestação.

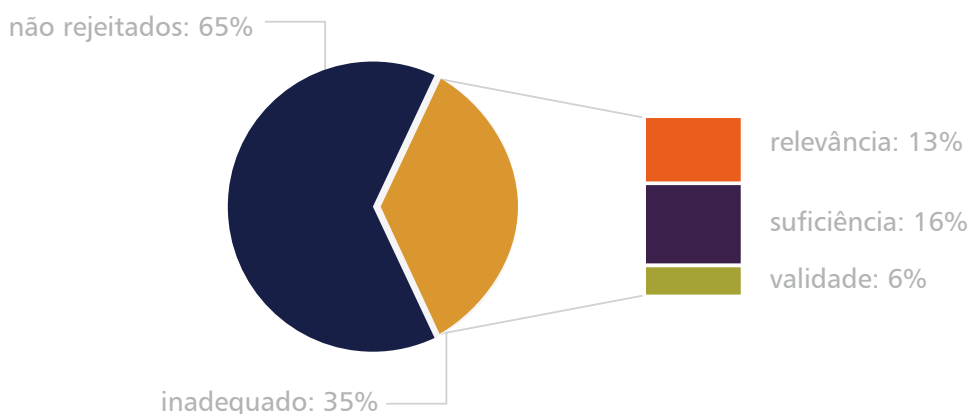
A opinião do TCU, obtida após um trabalho de assecuração limitada, adotou como parâmetros dois marcos principais: as Normas de Auditoria do Tribunal (NAT), inauguradas pela Portaria TCU 280/2010, em especial no que tratam dos atributos das evidências; e a “Técnica de Indicadores de Desempenho para Auditorias” aprovada pela Portaria Segecex 33/2010.

Em princípio, aferiu-se a relevância, a suficiência e a validade dos indicadores insertos no PPA, bem como a confiabilidade da informação de desempenho relacionada à consecução das metas contempladas pelo referido plano. O trabalho buscou aferir a solidez de tais instrumentos como evidência capaz de sustentar a opinião do Controle Externo.

Foram selecionados 21 programas temáticos do PPA para a análise de indicadores, além de metas vinculadas, em regra, a objetivos eleitos dentro de cada programa. Os principais critérios da seleção foram a relevância e a materialidade do programa e dos objetivos. **A despesa empenhada dos citados objetivos em 2013 foi de aproximadamente R\$ 154 bilhões**, cerca de um quarto do total executado pela União na categoria de programas temáticos.

O gráfico seguinte ilustra as conclusões, em termos quantitativos, relativas à adequação dos indicadores analisados.

Indicadores: Resumo da Análise e Principais Deficiências



Do total de indicadores dos programas temáticos presentes no PPA, foram selecionados 168 para análise. Desse número, 35% apresentaram alguma falha.

O não atendimento ao atributo da suficiência foi o problema mais recorrente, encontrado em 45% dos casos que motivaram a opinião pela inadequação do indicador. A baixa relevância, 38% das inadequações, foi o segundo problema.

Destacam-se, para exemplificar, os seguintes programas temáticos que apresentaram deficiências em todos os indicadores selecionados para análise: Cultura: Preservação, Promoção e Acesso; Moradia Digna; Petróleo e Gás.

Em sentido oposto, não foram reportadas falhas significativas que justificassem a rejeição de nenhum dos indicadores de programas como Bolsa Família, Educação Básica e Energia Elétrica.

Com relação ao total de metas examinadas (176), concluiu-se que 18% (trinta e uma metas) apresentaram resultados com divergências relevantes, o que enfraquece a confiabilidade do dado que deveria refletir fielmente o desempenho governamental. Todas informações relacionadas à consecução das metas analisadas do programa temático 2049 – Moradia Digna, por exemplo, foram consideradas inválidas. Por outro lado, no caso do programa temático 2072 – Transporte Ferroviário, por exemplo, não houve caso de meta inválida dentre as examinadas.

Nesse sentido, foi **ressalvada**, na PCPR 2013, a existência de distorções materiais que afastam a confiabilidade de parcela significativa das informações relacionadas à consecução das metas previstas no Plano Plurianual 2012-2015.

Também foi feita **recomendação** à Controladoria-Geral da União para que estabeleça procedimentos para certificar, na maior extensão possível, a exatidão das informações de desempenho constantes da PCPR, previamente ao encaminhamento desta ao Congresso Nacional, bem como à Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que contemple, na próxima alteração a ser efetivada no PPA 2012-2015, processo de reavaliação do conjunto de informações de desempenho para as quais foi apontada alguma deficiência, com vistas ao aprimoramento do conjunto de indicadores e metas constantes do plano.

A nova perspectiva adotada pelo Tribunal ressalta o foco no resultado da gestão pública, contribuindo para a melhoria do diálogo entre governo e sociedade. Ao verificar a solidez das informações de desempenho divulgadas pelo Poder Executivo, o TCU auxilia na construção de um sistema de medição adequado às demandas sociais e, por conseguinte, impulsiona o processo de melhoria da governança do setor público.